



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

# **47ª Reunião Ordinária**

## **Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)**

**23 de setembro de 2014**

**BRASÍLIA-DF  
2014**

1 Aos vinte e três e vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se  
2 no Auditório da Secretaria de Planejamento e Formulação de Políticas da SEPPIR, SEPN Quadra  
3 514, Bloco C, Lote 8, Asa Norte, Brasília/DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade  
4 Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República –  
5 CNPIR/SEPPIR/PR, para a sua Quadragésima Sétima Reunião Ordinária, com a participação dos  
6 seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes de entidades da Sociedade Civil,  
7 Conselheiros e Conselheiras representantes de Órgãos governamentais e Convidados e  
8 Convidadas: **Valkiria de Souza Silva** – (titular) CENARAB, **Marcela Regina dos Santos** –  
9 (titular) UNE, **Washington Luiz Dias** – (suplente) LGBT, **João Carlos Borges Martins** –  
10 (titular) ANCEABRA, **Ana Cristina dos Santos Duarte** – (titular) UGT, **Maria Conceição**  
11 **Lopes Fontoura** – (titular) AMNB, **Paulino de Jesus Cardoso** – (titular) ABPN, **Sofia Débora**  
12 **Levy** – (titular) CONIB, **Valdecir Pedreira do Nascimento** – Notório Saber, **Pedro Paulo da**  
13 **Cunha Carvalho** – (titular) RAN, **Bárbara Angely Piemont e Silva** – (titular) CEDRO, **Manoel**  
14 **Júlio de Souza Vieira** – (titular) UNEGRO, **Janete Fernandes Suzart** – (suplente) FNMN,  
15 **Clédisson Geraldo dos Santos Júnior** – (titular) ENEGRECER, **Helcias Paulino Pereira** –  
16 (titular) APN's, **Maria Júlia Reis Nogueira** – (titular) CUT, **Solange do Nascimento Lisboa** –  
17 (titular) MDS, **Juliana Góes** – (titular) – MC, **Maria do Rosário Cardoso** – (titular) MPOG,  
18 **Eliane da Silva Souza Pequeno** – (suplente) FUNAI, **Maria Auxiliadora Lopes** – (suplente)  
19 MEC, **Milena S M Medeiros** – (titular) – Casa Civil, **Giovanni Harvey** – Secretário Executivo da  
20 SEPPIR, **Sérgio Pedro da Silva** – Secretário Executivo do CNPIR, **Ronaldo Jorge Rodrigues**  
21 **Oliveira** – SECOMT/SEPPIR, **Luciana Mello** – SE/SEPPIR, **Luiz Barcelos** – SPAA/SEPPIR,  
22 **Jéssica Moreira M. N. Silva** – SE/SEPPIR, **Bárbara Robert Estamlau** – SEPPIR/PR, **Leopoldo**  
23 **Vieira** – MPOG. As atividades da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária iniciaram no dia vinte  
24 e três de setembro, com a seguinte programação: **1- Abertura e verificação de quorum mínimo**  
25 **para instalação do CNPIR; 2- Aprovação da Ata anterior; 3- Leitura e aprovação da pauta;**  
26 **4- Informes Gerais; 5- Sistema virtual para o acompanhamento das resoluções aprovadas na**  
27 **III CONAPIR; 7-Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e Monitoramento da Agenda**  
28 **Transversal de Igualdade Racial; 8- Ações do Ministério das Comunicações voltadas para**  
29 **Povos e Comunidades Tradicionais e População Negra; 9- Recomendação nº 06 do CNPIR:**  
30 ***A inclusão das Pessoas com Doença Falciforme no tratamento com Transplante de Células-***  
31 ***Tronco Hematopoiéticas (TCTH) no Sistema Único de Saúde;*** 10- **Indicação de membros da**  
32 **Comissão de Seleção CNPIR 2014-2016 (2 conselheiros(as) da sociedade civil); 11- Reunião**  
33 **dos Grupos de Trabalho: Ações Afirmativas, Juventude Viva, Comunidades Tradicionais e**  
34 **Agendas Transversais e Orçamento; Encaminhamentos; Encerramento. ITEM 01 –**  
35 **ABERTURA:** Os trabalhos da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
36 Promoção da Igualdade Racial do CNPIR/SEPPIR/PR, foram iniciados pelo **Conselheiro**  
37 **Giovanni Benigno Pierre da Conceição Harvey**, Secretário-Executivo da Secretaria de Políticas  
38 de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - **SEPPIR/PR**, fez a abertura da 47ª  
39 Reunião Ordinária saudando os presentes, convidou o Secretário Executivo do Conselho Nacional  
40 de Promoção da Igualdade Racial, **Sérgio Pedro da Silva** para secretariar os trabalhos, após a  
41 verificação do quorum passou para o ponto seguinte da ordem do dia. **ITEM 02 – APROVAÇÃO**  
42 **DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR DO CNPIR:** Não foram aprovadas as Atas devido à falta  
43 de quorum. **ITEM 03 – LEITURA E APROVAÇÃO DA PAUTA:** Foi aprovada a ordem do dia  
44 com inversão dos temas. **ITEM 04 – SISTEMA VIRTUAL PARA O ACOMPANHAMENTO**  
45 **DAS RESOLUÇÕES APROVADAS NA III CONAPIR:** **Jessica Moreira M. N. Silva**,  
46 **assessoria técnica da Secretaria executiva - SEPPIR** – Informou que está diretamente ligada a  
47 esse esforço de construção de um sistema virtual que permita o acompanhamento das resoluções  
48 aprovadas durante a Terceira Conferência de Promoção da Igualdade Racial. O sistema incorporou  
49 a metodologia aprovada na III CONAPIR, construída pela comissão, com questionamentos desse  
50 Conselho também. É uma continuidade desse processo. Ele está sendo chamado Sistema de

51 Acompanhamento de Resoluções. Os objetivos gerais previstos: informar o cidadão sobre o  
52 andamento das resoluções aprovadas na III CONAPIR, facilitar o controle social sobre o  
53 planejamento governamental, publicizar esse processo de implementação que ocorre das Políticas  
54 de Promoção da Igualdade Racial, que nasce, grandemente das demandas da sociedade. E, a partir  
55 dessa construção democrática, vem trazendo enunciados para o próprio planejamento do Governo.  
56 E, nesse sentido, fazer essa vinculação mais direta entre a participação da sociedade e as  
57 ferramentas estratégicas que o Governo vem desenvolvendo, para o planejamento. Nesse caso,  
58 diretamente ao planejamento do Plano Plurianual e as Agendas transversais, que é onde se insere a  
59 Política de Promoção da Igualdade Racial. É extremamente transversal já que se relaciona com  
60 diversas pastas do Governo. Esse sistema está sendo construído, também, em parceria com a  
61 Universidade Federal de Santa Catarina. A Luciana, que é nossa consultora, tem nos acompanhado  
62 diretamente nessa construção. Tem uma parceria e a presença constante da Secretaria de  
63 Planejamento e Investimento - SPI, do Ministério do Planejamento, mais especificamente na figura  
64 da Conselheira Maria do Rosário que representa o MPOG no Conselho e que acompanha  
65 diretamente essa pauta, da política da Promoção da Igualdade Racial, dentro do Ministério do  
66 Planejamento. Conhece muito, na ajuda sempre em boas reflexões nesse sentido. Isso aqui é só um  
67 desenho esquemático para ilustrar esse processo. Temos a sociedade civil participando da  
68 conferência, levando propostas, definindo prioridades. Esse sistema, desde o começo, desde as  
69 Conferências estaduais, as plenárias temáticas, foram agrupando as propostas aprovadas. De forma  
70 que elas foram levadas para a Conferência Nacional. Na Conferência Nacional, segundo a  
71 metodologia proposta foi discutido e, depois foi se construindo um processo de afunilamento para  
72 que pudéssemos ter um conjunto de oitenta e três resoluções finais da conferência. O objetivo era,  
73 dessa metodologia, de fato priorizar o conjunto de resoluções e referências para o Governo, que  
74 indicasse as prioridades na sociedade em termos de política. E foi se constituído um banco de  
75 dados com essas propostas. Hoje temos as oitenta e três propostas finais e aprovadas. Dentre as  
76 prioritárias e não prioritárias, que são as que estamos trabalhando, a partir delas, para levar para a  
77 sociedade esse retorno, em termos de como é que essas definições são, de fato, incorporadas ao  
78 planejamento governamental. O sistema está sendo estruturado, a princípio, a ideia é que ele seja  
79 relativamente simples, de forma a ter uma linguagem acessível, mas ao mesmo tempo rico em  
80 conteúdo. Mas que a sociedade possa, de fato, perceber essas conexões. Um dos objetivos super  
81 importantes desse sistema será de fato, mostrar para a sociedade, como o processo de política  
82 pública, de alguma forma, ocorre esse processo de incorporação. Em alguns momentos,  
83 percebemos que a sociedade apresenta demandas difusas, algumas, por exemplo, vão dizer mais  
84 especificamente respeito ao legislativo, outras estão mais na competência do executivo, em suas  
85 diversas instancias: municipal, estadual e Federal. Esse sistema também tem por objetivo, levar  
86 essa construção, apresentar esse processo para a sociedade. O sistema está estruturado nessas cinco  
87 grandes títulos de conteúdo que pretendemos trabalhar. O primeiro é olharmos para as resoluções  
88 da CONAPIR e ver em que medida tem uma aderência com o atual Plano Plurianual, o PPA 2012-  
89 2015, que está em vigor, tem o programa 2034, que diz respeito à Agenda do enfrentamento ao  
90 racismo e Promoção da Igualdade Racial. Mas, além disso, é de competência de outros programas,  
91 por exemplo, o Ministério da Saúde e Ministério da Educação, implementar pautas que dizem  
92 respeito a essa política. A ideia, nesse primeiro momento, essa primeira fase que vamos apresentar,  
93 é exatamente essa: ver em que medida o PPA atual, já tem alguma aderência com as resoluções da  
94 CONAPIR. Outro conteúdo que estamos construindo são os vínculos que já existem com outras  
95 Políticas, programas e planos. Claro que o PPA é um grande guarda chuva e ele abarca a maior  
96 parte dos programas. Mas percebemos que algum caso tem outras Políticas, que às vezes estão  
97 sendo implementadas. Às vezes, no âmbito do Legislativo, que temos conhecimento. E trazer  
98 também, nesse sistema, para fazer essa associação, esse vínculo com o que está sendo  
99 demandando. Em ações governamentais em execução, a ideia é dar a situação atual da  
100 implementação. Que medida aquela resolução está em processo, em Marcha de implementação,

101 que tipo de avanço foi alcançado, que questões ainda faltam a ser alcançadas. No item Novas  
102 Questões, que essa proposta traz um planejamento governamental, já é um indicativo de como  
103 vamos pensar as resoluções da CONAPIR, o que a sociedade está demandando, em relação à nova  
104 construção do PPA. Temos já uma definição, a SPI procurou a SEPIR e vai enveredar por um  
105 processo de construção a partir do ano que vem, das demandas da CONAPIR e do próximo PPA  
106 2016-2019. A ideia é indicar algumas perspectivas que podem estar colocadas no horizonte do  
107 planejamento para o próximo PPA. E, por fim, fontes recomendadas de informação sobre o tema.  
108 A ideia é trazer documentos, links para outros sites de referência, ou mesmo alguma legislação que  
109 estiver relacionada com aquela proposta, para associarmos. A resolução que tiver, o conjunto das  
110 resoluções que vão compor o sistema. A ideia é fazer um grande banco de dados, que tende a  
111 trazer o máximo de informações, mas numa linguagem acessível, nada muito extenso, para dizer  
112 qual é o estado da arte, digamos assim, desse conjunto de propostas aprovadas. Esse módulo ainda  
113 é o módulo de inserção das informações. No momento seguinte, será construído um módulo e  
114 queremos que ele seja o mais amigável possível, para que essas informações sejam para consulta  
115 pública. Só por exemplo, a proposta é realização do zoneamento, monitoramento, mapeamento,  
116 levantamento e identificação das diferentes etnias ciganas e de suas necessidades, bem como  
117 assegurar-lhes um Registro Civil, a Promoção da Cidadania, inserir os profissionais na Política de  
118 Valorização da Educação, Saúde e Qualificação Profissional. Tem um desafio, nesse trabalho, mas  
119 as resoluções, às vezes, é mostrar, num enunciado, um conjunto de propostas diz respeito a  
120 diversos temas. Por exemplo, tratamos de Educação, Saúde, Qualificação Profissional e Registro  
121 Civil. Entra a questão de Direitos Humanos e Cidadania. Quando vamos buscar isso num  
122 planejamento, no PPA, isso está distribuído em diversos programas, diversos temas. No programa  
123 2034, Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, nesse objetivo tem: articular  
124 junto aos Ministérios, demais órgãos, o acesso a povos e comunidades tradicionais os serviços  
125 públicos e programas Sociais. Do ponto de vista da meta: criar instrumento de coordenação e  
126 monitoramento, para promover o acesso às Políticas governamentais pelos povos e comunidades  
127 tradicionais de Matriz africana, e nos povos de culturas ciganas. Esse enunciado se traduz em  
128 várias ações menores. Aqui está mais genérico, mas está refletido aqui no programa 2034. No  
129 programa 2007, Cultura, Preservação e Promoção de Acesso, temos essa meta: realizar a  
130 cartografia da diversidade cultural Brasileira, identificando territórios culturais, agentes, grupos e  
131 populações com pouco acesso aos meios de produção e difusão cultural, ou com pouco  
132 reconhecimento social de sua identidade cultural. E, por fim, um outro programa que identificamos  
133 é Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, com objetivo implementar a política de Promoção do  
134 Registro Civil de Nascimento, documentação básica. Documentar, em todas as faixas etárias da  
135 população Brasileira, não registrada, não documentada. Implementar um sistema Nacional de  
136 informações de Registro Civil em todo Território Nacional, e realizar campanhas de orientação e  
137 informação de cultura de inclusão, a partir do Registro Civil de Nascimento. Esses planos se  
138 relacionam com algumas iniciativas que detalham um pouco o processo. Da forma como ele é  
139 construído e, alguns objetivos, temos um detalhamento maior ou menor. Depende do processo de  
140 construção. No enunciado, que amplo, conseguimos identificar três interfaces com a política, com  
141 o Plano Plurianual. A política é a forma como ela está construída. Essa é a primeira fase, que  
142 concluímos e que trazemos para o Conselho, que é fazer essa associação. Aqui, fizemos só um  
143 resumo do que fizemos, nesse processo, eu só apresentei a resolução 9001, que é prioritária,  
144 relacionada ao subtema 01. Avaliamos que, dentre as resoluções aprovadas, das oitenta e três,  
145 cerca de oitenta por cento já estão total ou parcialmente contempladas dentre as proposições do  
146 atual PPA 2012-2015. Quando pegamos apenas as prioritárias, que são quarenta, são oitenta e  
147 cinco por cento que estão total ou parcialmente contempladas no atual PPA. Isso não significa que  
148 não tenha aprimoramentos. Temos alguns avanços, alguns desafios a serem vencidos. De alguma  
149 forma, o enunciado da política já reflete essa demanda da sociedade, apresentada durante a  
150 Conferência. Essas resoluções, a partir dessa construção, junto com o Ministério do Planejamento,

151 SPI, serão a base para a construção do novo PPA. Um esforço que será feito a partir do ano que  
152 vem. Uma coisa que percebemos é que as resoluções, quando fazemos esse trabalho de  
153 identificação, têm um paralelo bastante significativo de objetivos, metas e iniciativas do PPA. Às  
154 vezes uma resolução vai relacionar com quatro, cinco outras proposições do PPA. Isso tem uma  
155 coisa importante que reflete essa transversalidade do PPA atual. Essa Agenda de Igualdade Racial,  
156 permeia diversos programas de outros órgãos. Para citar poucos, podemos falar Direitos Humanos,  
157 Cultura, Saúde, Educação, Assistência. Dentre as propostas prioritárias encontramos eco no PPA  
158 em vinte e três programas, cinquenta objetivos e suas respectivas metas. Porque cada objetivo tem  
159 um número de metas que variam, e quarenta e seis iniciativas. Do ponto de vistas das propostas  
160 não prioritárias, relação com dezesseis programas, trinta e três objetivos, e quarenta e cinco  
161 iniciativas. No caso das não prioritárias, tem umas propostas que são muito parecidas. Foram  
162 aprovadas em subtemas diferentes. Ou seja, grupos diferentes durante a Conferência, entenderam  
163 que aquela proposta era importante, e ela vem com uma similaridade muito grande. Isso acaba se  
164 referindo aos mesmos programas e objetivos. Eles aparecem mais de duas ou três vezes. A  
165 próxima etapa tem uma perspectiva de concluirmos esse trabalho até o final do ano. É importante,  
166 inclusive, para que no ano que vem, tenha um processo já avançado para a construção do novo  
167 PPA. Isso vai servir de referência. Dentre aquelas categorias que apresentei a ideia é continuar  
168 sistematizando as informações. Tem a construção do módulo das informações, que é essa interface  
169 que o público vai acessar esse conteúdo que estamos apresentando. As atividades de lançamento e  
170 divulgação, que ainda devemos pensar qual a melhor forma de trazer para a sociedade essa  
171 ferramenta com ampla divulgação. E, por fim, essa perspectiva das resoluções serem então,  
172 incorporadas ao próximo PPA 2016-2019, nesse esforço conjunto com o Ministério do  
173 Planejamento. **ITEM 05 – AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PPA E**  
174 **MONITORAMENTO DA AGENDA TRANSVERSAL DE IGUALDADE RACIAL: Esther**  
175 **Bemerguy (SPI/MPOG)** – Agradeceu o convite para apresentar a dimensão estratégica do  
176 desenvolvimento, trazer também uma oportunidade do Conselho discutir essa dimensão  
177 estratégica, além da Agenda Transversal de Igualdade Racial, e, apresentar também o  
178 monitoramento que estão fazendo da Agenda Transversal da Igualdade Racial. E passou ao relatar  
179 o seguinte: primeiro, a dimensão estratégica. Na sequência o Aloyso vai apresentar o  
180 monitoramento específico dessa Agenda. Esse trabalho é um trabalho que estávamos fazendo para  
181 o Fórum Interconselhos, onde estamos fazendo esse monitoramento das Agendas transversais. O  
182 Fórum Interconselhos não poderia ser feito no período eleitoral. Será feito em novembro. Como o  
183 material está pronto, estamos aproveitando as oportunidades das reuniões dos Conselhos, para  
184 apresentar esse monitoramento. A apresentação do Ministério será feita em duas partes. Vou falar  
185 pra vocês da dimensão estratégica, que é também o monitoramento que fazemos do PPA, naquilo  
186 que orienta, de fato, a nossa programação. Anualmente, temos obrigação de entregar ao Congresso  
187 Nacional, até o dia a trinta e um de maio de cada ano, um documento de monitoramento do PPA.  
188 Nós fazemos em dois módulos. Um, o monitoramento da dimensão estratégica, que entregamos  
189 esse caderno para vocês. E, o monitoramento dos programas específicos. Dos sessenta e cinco  
190 programas do PPA, se quiserem consultar, podem entrar na nossa página e vão encontrar também  
191 o monitoramento desses sessenta e cinco programas. Mas aqui, especificamente, vamos fazer da  
192 dimensão estratégica e da Agenda de Igualdade Racial. Então, primeiro, falar pra vocês que esse  
193 nosso padrão de desenvolvimento, hoje, o objetivo central dele é crescer, ter crescimento  
194 econômico no País e, simultaneamente, reduzir as desigualdades Sociais. Em tese, é isso que  
195 queremos alcançar. Não queremos crescer primeiro e distribuir. Não, queremos crescer e  
196 simultaneamente distribuir renda. Esse padrão de desenvolvimento, fazemos uma estratificação  
197 dele por dimensões por uma questão didática. Então poderíamos dizer que trabalhamos  
198 centralmente cinco grandes dimensões: a dimensão econômica, social, ambiental, territorial e a  
199 político institucional. Essas dimensões, se expressa materialmente numa Agenda de Políticas  
200 Públicas e selecionamos as principais Agendas de Políticas Públicas. São as Agendas da

201 previdência, a Agenda das transferências de renda, do Brasil sem miséria, do PAC, do SUS, do  
202 sistema único de Saúde, do Sistema Único de Assistência Social, do programa Brasil maior, que o  
203 programa que tem uma política industrial para o Brasil. As Agendas transversais que nós  
204 consideramos fundamentais. Porque, na realidade, são Agendas da cidadania. São elas que  
205 garantem o direito da cidadania. Agenda de Políticas para as mulheres, da Igualdade Racial, da  
206 Juventude, etc. Não é trivial o que se fez em relação a essas Agendas, inclusive, o que podemos  
207 dizer que estatutos fundamentais da cidadania Brasileira foram implementados ao longo desses  
208 últimos doze anos. Que são: Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Juventude, o Estatuto do  
209 Idoso, e outros. Isso é fundamental nessa Agenda de Políticas Públicas também. E temos, para esse  
210 modelo de desenvolvimento, pelo menos quatro pilares fundamentais. Esses pilares são: o sistema  
211 de proteção social. Vamos falar de Saúde, vamos falar de Educação, vamos falar do Direito à  
212 moradia. Vamos falar de um conjunto de infraestruturas Sociais e de Políticas Sociais, que  
213 garantem o direito da população Brasileira e constituem um sistema de proteção social fortalecido.  
214 Mas fortalecido ao longo desses últimos doze anos. Por um conjunto de institutos que foram sendo  
215 aprovados e construídos de política de saneamento, política de mobilidade social. Não existia  
216 Estatutos para essas Políticas. E foram fortalecidos, também, pelo montante de recursos  
217 envolvidos com essas Políticas que cresceu de forma muito significativa. Outro grande pilar desse  
218 processo, desse modelo, são os bancos públicos. Nada que estamos falando aqui, em termos de  
219 Minha Casa Minha Vida, termos de Agricultura Familiar, Crédito para a população, poderia  
220 acontecer sem bancos públicos. Cresceu de forma significativa o volume de recurso, de  
221 responsabilidade dos bancos públicos, no crédito para a população, para a indústria, para toda a  
222 sociedade Brasileira. As estatais, e a Petrobrás e Eletrobrás, tem um peso significativo. Qual era o  
223 patamar de investimento e qual é hoje o patamar de investimento da Petrobrás. E o PAC? e o PAC,  
224 não como estamos acostumados a ouvir como um programa de obras. Na realidade, o PAC não é e  
225 nunca foi um programa de obras. Na realidade, ele é a coordenação e a mobilização de um bloco  
226 de investimento para o País. Vocês verão que o mais importante do PAC é que é menos falado: um  
227 conjunto de alterações, de mudanças institucionais, de novas legislações, que foram feitas para,  
228 realmente, destravar o investimento nos País. E que no âmbito da contribuição que vocês darão  
229 para o Conselho, façam uma reflexão sobre a Agenda da Igualdade Racial, mas faça uma reflexão  
230 também, sobre o desenvolvimento Nacional. E possam contribuir para, também, alimentar a  
231 dimensão estratégica que vai aparecer no próximo PPA 2016-2019. O eixo central desse processo  
232 de desenvolvimento das Políticas Sociais. Estamos falando de previdência, estamos falando de  
233 Saúde, de Assistência Social, de Educação, Trabalho e Renda, da Moradia, da Cultura, e etc. e,  
234 também, todas essas Políticas. Os direitos da população negra, da população indígena, da  
235 população idosa, da Juventude, da Criança e do Adolescente. Quer dizer, todas essas Políticas são  
236 permeadas por Políticas específicas, transversais, para esses públicos específicos. Estamos falando  
237 da Juventude, da Criança e do Adolescente, da população idosa, da população LGBT, etc. Cada  
238 uma dessas Políticas em identificar para que público essa política está sendo, efetivamente,  
239 implementada. Temos feito um esforço muito grande, junto aos bancos, para que identifiquemos o  
240 PRONAF. Qual é o PRONAF para a mulher? Qual é o PRONAF para o Idoso, qual o PRONAF  
241 para a Juventude? estamos fazendo um esforço muito grande na Saúde. Para que consigamos  
242 identificar esses públicos na matrícula da Universidade, na matrícula do ensino fundamental, na  
243 matrícula do ensino médio. Por exemplo, esse monitoramento que vamos apresentar para esse  
244 Conselho, já fizemos com as mulheres, já fizemos com Idosos. E, nós colocamos aqui, o link para  
245 que vocês também possam acompanhar o monitoramento dessas outras Agendas. Então,  
246 trouxemos três Agendas, mas vamos disponibilizar no nosso site todas essas Agendas. São nove  
247 Agendas transversais, que fazemos o monitoramento mais específico, com maior rigor. Nós não  
248 conseguimos ainda alcançar as treze Agendas, mas já fazemos para nove Agendas, com bastante  
249 rigor, esse monitoramento. E estamos apostando, também, que, na medida, que esse  
250 monitoramento vai se consolidando. E, essas Agendas vão mostrar pra vocês. Fizemos uma linha

251 do tempo. Como esses direitos foram, ao longo do tempo, se consolidando. A legislação que foi  
252 sendo aprovada para consolidar esses direitos. As diversas Políticas Públicas, os diversos  
253 programas. Em breve nós teremos todas essas Agendas transversais com monitoramento  
254 disponível. São os gastos sociais em dois mil e trezes. Até trinta e um de dezembro, tínhamos  
255 oitocentos e onze bilhões de reais anuais em Políticas Sociais. Essa é série histórica, vocês podem  
256 perceber que o crescimento é muito significativo. E mais de dezesseis por cento do PIB aplicado  
257 em Políticas Sociais. Se levarmos em consideração que o PIB cresceu de forma muito  
258 significativa, passando de um trilhão, ponto quatro, para, praticamente, cinco trilhões, hoje, quatro  
259 trilhões, trezentos e oitenta bilhões, vamos ver que não é só uma questão de percentual de um PIB  
260 que é o mesmo. É o percentual de um PIB que cresceu. O volume de recursos é muito  
261 significativo. Estamos falando de oitocentos e onze bilhões de reais, anuais, em Políticas Sociais.  
262 E, estamos falando de novecentos e onze bilhões, em quatro anos, para o PAC. É uma diferença  
263 significativa. Esse é o eixo central do projeto. É importante investir? É importante investir. Mas, as  
264 Políticas Sociais, o nosso projeto não vai sacrificar, de forma nenhuma, a implementação das  
265 Políticas Sociais, em detrimento de outras políticas. Precisamos continuar crescendo? Precisamos.  
266 E faremos isso na medida em que o PIB for ampliado, na medida em que tivermos uma conjuntura  
267 melhor para o crescimento da nossa economia. O Estado, além de ter um papel importantíssimo  
268 nas Políticas Sociais, com relação ao gasto público, à garantia do gasto e a implementação, o  
269 fortalecimento desse gasto, do crescimento, o Estado também tem o papel importantíssimo, que é  
270 na regulação de algumas Políticas de Emprego e Renda, que são fundamentais também, para  
271 redução das desigualdades, e para o crescimento da renda da população como vemos hoje. Nesse  
272 sentido, é importante o papel do Estado, na garantia da política de valorização do salário mínimo.  
273 Na garantia das Políticas de formalização do trabalho. Na garantia das Políticas, com a PEC das  
274 domésticas. Há um conjunto de regulações que o Estado faz, que é fundamental para a redução das  
275 desigualdades sociais e para o crescimento do emprego e da renda. Como resultado  
276 importantíssimo do projeto, a menor taxa de desemprego da série histórica. Um crescimento de  
277 mais de vinte milhões de empregos, se contarmos já, os primeiros anos de dois mil e quatorze.  
278 Mais de vinte milhões de empregos formais. As pessoas, hoje, falam muito que o PIB não está  
279 crescendo. Acontece que temos uma situação no Brasil que é diferente dos outros Países. Você  
280 pode ter uma economia que esta, de certa forma, com o crescimento abaixo do que nós  
281 gostaríamos. Mas é uma econômica que continua gerando emprego, continua gerando renda para a  
282 população. Isso é um indicador fundamental que temos que olhar o PAC, temos conjunto de  
283 Políticas Sociais, de Políticas de Emprego e Renda, de formalização do trabalho, também, um  
284 conjunto de Políticas que tem um rebatimento no social, e que tem o rebatimento também,  
285 importantíssimo, no fortalecimento do mercado interno. O que é o fortalecimento do mercado  
286 interno que tem nos garantido sobreviver à crise de forma muito mais controle da situação,  
287 mantendo emprego, mantendo crescimento da renda, do que os demais Países. Se olharmos a  
288 comparação do Brasil com outros Países. Temos Países que estão crescimento mas estão  
289 desempregando e reduzindo salários. Estão reduzindo a renda a população. E estão acabando com  
290 seu sistema de proteção social. O PAC também é uma importante frente de expansão da nossa  
291 economia, são os investimentos públicos. Os investimentos públicos, recuperamos a partir de dois  
292 mil e sete com a instituição do PAC. Estamos falando de um conjunto de infraestrutura econômica,  
293 que vai direção de ampliar a competitividade da indústria Brasileira, mas também, num conjunto  
294 de Políticas de infraestrutura Sociais que vai no sentido de garantir direitos da população  
295 Brasileira. Estamos investindo oitocentos e onze bilhões em Políticas Sociais, anualmente, e  
296 novecentos e onze é o nosso patamar de investimento do PAC entre o período de dois mil e onze a  
297 dois mil e quatorzes. Eu vou deixar pra vocês, em cada uma dessas infraestruturas, organizadas  
298 pelo PAC. Pela primeira vez temos uma curva onde a oferta de energia é maior que o consumo.  
299 Durante muito tempo - e por isso tivemos Apagão - o consumo de energia estava à frente da oferta  
300 de energia. O que é isso? É a retomada da Eletrobrás, a retomada dos investimentos públicos, que

301 fez com que pudéssemos mudar esse paradigma, no fornecimento de energia para a população, e  
302 para toda a sociedade Brasileira. Além disso, podemos garantir também, que essa Matriz  
303 energética, continua sendo a Matriz energética mais limpa do mundo, com um programa muito  
304 forte, hoje, de energia eólica e de leilões para energia solar. Sem descuidar de que continuamos  
305 precisando, pelas dimensões do País, da nossa população e da nossa economia, de energia  
306 hidráulica. O Pré-Sal alavancando os investimentos da Petrobrás. A diferença entre os  
307 investimentos da Petrobrás em dois mil e um, e os investimentos da Petrobrás em dois mil e doze.  
308 Sem esses investimentos que foram feitos ao longe desses doze anos, não teríamos Pré-Sal. a  
309 Petrobrás não teria condição nem de fazer a pesquisa, nem de fazer os investimentos necessários  
310 para o Pré-Sal. Os investimentos da Petrobrás em termos de PIB, tínhamos zero virgula nove por  
311 cento do PIB, hoje temos dois ponto um por cento do PIB. Não estamos falando do mesmo PIB.  
312 Estamos falando de um PIB que é três, quatro vezes, maior que o PIB de dois mil e dois. Grande  
313 parte dos Municípios Brasileiros, hoje, está num cadastro de inadimplentes. Temos uns duzentos e  
314 cinquenta Municípios que estão fora desse cadastro. Se não fosse o PAC ter construído uma  
315 legislação onde fosse obrigatória a transferência para Estados e Municípios, viveríamos uma crise  
316 da federação. dos grandes pilares que temos além do PAC, os bancos públicos. Os bancos públicos  
317 são, primeiro, fundamentais para o PAC, porque eles financiam grande parte desses investimentos.  
318 E eles também são fundamentais no sentido de que podemos, com esses bancos públicos, mudar o  
319 perfil de investimento que tínhamos antes. Por exemplo, se não tivéssemos BNDES, não  
320 poderíamos ter socorrido os Estados, na crise que eles viveram a partir de dois mil e oito. A grande  
321 crise internacional que eclodiu em dois mil e oito, trouxe para os Estados Brasileiros, problemas  
322 fiscais muito graves. E esses problemas quem socorreu os Estados foi o BNDES com o  
323 PROINVEST. Nos Governos anteriores, havia uma restrição para que os bancos públicos  
324 emprestassem para Estados e municípios. Quebramos essa restrição e o PROINVEST foi um  
325 auxílio significativo para todos os Estados e municípios brasileiros, ao longo da crise. Senão,  
326 teríamos reduzido, de forma muito importante, os investimentos públicos. Que a partir do PAC, a  
327 partir dessa mobilização de investimento e dessa coordenação que foi feito pelo programa, temos a  
328 formação bruta de capital fixo crescendo à frente do consumo. Temos um modelo ainda baseado  
329 em consumo, mas estamos passando por um processo de transição para que esse modelo seja  
330 baseado em investimentos. O grande alavancador desse modelo, são os investimentos públicos. Se  
331 você olhar de dois mil e sete a dois mil e treze, o PIB cresceu vinte e sete por cento, o consumo  
332 das famílias, trinta e sete por cento, e a formação bruta de capital fixo, cinquenta e seis pontos por  
333 cento. Isso indica para uma transição de um modelo. Só que esses investimentos de grande porte,  
334 têm uma maturação de médio e longo prazo. Por isso que isso ainda não aparece de forma incisiva.  
335 E o crescimento ainda está pautado pelo consumo. Mas aí, claramente, você tem um processo de  
336 transição. E todo processo de transição, de modelo de crescimento, ele é muito complexo. Você  
337 tem dificuldade para encontrar quais são exatamente as variáveis que você precisa impulsionar  
338 para alavancar esse desenvolvimento. Crescimento econômico com redução das desigualdades. O  
339 crescimento econômico nos proporcionou uma renda per capita, hoje, de vinte e dois mil, trezentos  
340 e quarenta e nove reais. Muito superior à que nós recebemos. Mas também, nos proporcional uma  
341 redução significativa das desigualdades sociais. Que fortalece o nosso mercado interno, além do  
342 PAC, uma agricultura de alta produtividade, uma agricultura que aumenta a área plantada e reduz a  
343 incorporação de terras. E agricultura do agronegócio tem grandes desafios, porque sabemos que  
344 temos que agregar valor a essa matéria prima, que sai bruta do Brasil, ainda. Mas, sabemos que ela  
345 também é fundamental para a sustentabilidade das nossas reservas internacionais, que são,  
346 também, um pilar pelo qual, o Brasil tem conseguido escapar da gravidade da crise internacional.  
347 É importante para essas reservas, que hoje estão em torno de trezentos e cinquenta bilhões de  
348 dólares. Cerca de oitenta a noventa bilhões de dólares vem das exportações do agronegócio.  
349 Temos uma agricultura familiar que nos garante segurança alimentar, e que produz setenta por  
350 cento da comida na mesa dos Brasileiros. Temo hoje, uma safra para dois mil e quatorze e quinze,

351 um plano safra que é recorde da agricultura família, de vinte e quatro bilhões de reais. Essa  
352 agricultura também é o pilar da segurança alimentar da população Brasileira. A produção  
353 industrial caiu muito durante a crise, mas hoje, já estamos voltando ao mesmo patamar de  
354 produção anterior. Foi um esforço enorme que se fez durante a crise, para voltar ao patamar  
355 anterior à crise. Isso significa que podemos ter uma perspectiva de futuro bastante interessante  
356 para a produção Brasileira. Porque estamos voltando ao patamar anterior, num momento em que o  
357 PAC está bastante adiantado. Ou seja, temos um conjunto de infraestruturas que podem ampliar  
358 essa competitividade. Temos os bancos públicos fortalecidos. Hoje, cinquenta e três por cento do  
359 crédito para a sociedade brasileira, para a indústria, são de bancos públicos, contra o que era em  
360 dois mil e sete, antes da crise, trinta e um por cento. São os bancos públicos que garantem juros  
361 menores, Spread menores. E, também, tem outra qualificação desse crédito, super importante, para  
362 que possamos acreditar que esse patamar será ampliado nos próximos anos, que é, o que também  
363 incomoda muito o sistema financeiro privado, que hoje temos uma parcela muito significativa  
364 desse crédito, alocado em o que chamamos de crédito direcionado. Ou seja, não é o crédito que vai  
365 para especulação. O crédito que vai para o Minha Casa Minha Vida, independentemente de ser  
366 Itaú, Bradesco, etc. O plano safra da agricultura familiar, é o crédito que vai para os investimentos.  
367 Uma parte significativa são os investimentos do BNDES. Parcela significativa dela é garantida  
368 pelos bancos públicos e parcela significativa desse crédito é direcionada para Políticas Públicas.  
369 Um conjunto de variáveis macroeconômicas, apesar da macroeconomia, hoje, não estar sustentada  
370 só naquele clássico tripé. Nós agregamos àquele tripé também, a redução das desigualdades  
371 sociais, o emprego e a renda. Condiciona as possibilidades que temos também, macroeconômicas,  
372 para controle da inflação, para controle do câmbio, etc. Apesar de todo esse crescimento das  
373 Políticas, do investimento social, do investimento público, nós mantemos, sob controle, as  
374 principais variáveis macroeconômicas. A média da inflação é a menor da série histórica, no  
375 Governo da Presidente Dilma. Tínhamos uma média de nove ponto dois, hoje temos uma média de  
376 cinco ponto nove. Temos uma média da taxa real de juros, apesar das oscilações que houve nesse  
377 período, a menor média da série histórica. De dez, passa para seis pontos e, hoje, estamos com  
378 uma média de quatro ponto dois. E a redução sustentada da dívida pública, também é uma outra  
379 variável macroeconômica, que, junto com as reservas de cerca de trezentos e cinquenta bilhões de  
380 dólares, junto com uma dívida que é trinta e três pontos oito por cento do PIB, temos uma  
381 segurança na nossa questão de inserção internacional, e nas resistências que podemos ter da crise,  
382 que hoje se aprofunda. Qual é a crise? A crise eclode em dois mil e oitos. Num primeiro momento  
383 estava concentrada nos Estados Unidos e nos Países mais pobres da União Européia: Grécia,  
384 Portugal. E, hoje, ela está concentrada nos Países mais ricos da união Européia. Hoje a crise está  
385 na Alemanha, na França e na Itália. Estamos falando de outro perfil de crise, de um perfil muito  
386 mais intenso, e que atinge muito mais os mercados externos Brasileiros. Além dessas variáveis  
387 macroeconômicas sobre controle, o que queremos mostrar pra vocês é que nós também fizemos  
388 isso com sustentabilidade ambiental. E temos dois indicadores, muito importantes, de  
389 sustentabilidade ambiental. Um, é a série histórica de redução de CO dois, e a série histórica de  
390 redução do desmatamento. Temos as menores taxas de desmatamento dos últimos vinte anos. Foi  
391 conseguida no nosso Governo. E, no Governo Dilma foram as duas menores taxas. E uma  
392 mudança muito importante, a emissão de CO dois, hoje, não advém mais do desmatamento das  
393 florestas. A principal emissão de CO dois hoje, a origem é a agricultura. Não só agregar  
394 sustentabilidade ao agronegócio, como também agregar valor a essa produção. Temos uma nova  
395 política externa, que considera prioridade a articulação do Brasil com a África e com o Brics. Essa  
396 política externa não quer dizer que abrimos mão de ter relação com os Estados Unidos e com a  
397 Europa. Só que Estados Unidos e Europa, hoje, passam por crises muito graves e nós temos que  
398 construir unidades, com outro eixo, que é um eixo que está crescendo, que são os Países que  
399 resistem melhor à crise. Podemos dizer que a China reduziu seu crescimento, mas ela reduziu seu  
400 crescimento para seis ponto por cento. É um crescimento muito importante, um dos maiores

401 crescimentos mundiais. A nossa relação com os Brics e com a UNASUL, também tem outros itens  
402 muito interessantes. Primeiro, com a UNASUL, a unidade da América do Sul nos fortalece nas  
403 relações com outros Países. Por isso, a resistência do Brasil em fazer qualquer negociação, sem  
404 que essa negociação esteja amparada na UNASUL. Esteja com a concordância e a participação de  
405 todos os Países da América do Sul. E também com os BRICS, porque esses Países, Rússia, China,  
406 Índia e África do Sul, nos permitem ter um novo banco de desenvolvimento, ou seja, cem bilhões  
407 de dólares disponíveis para investimento e infraestrutura, no Brasil e na América do Sul, no  
408 momento em que a liquidez internacional está cada vez menor, e num momento onde nós não  
409 temos o controle dos principais bancos multilaterais, que poderiam fornecer crédito para o Brasil,  
410 como o Banco Mundial, como o BID, etc. Temos aí uma questão muito pragmática, e, além disso,  
411 um arranjo contingente de reservas, também, de mais de cem bilhões de dólares, reunindo as  
412 reservas de Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul. É uma questão que nós vamos avançar,  
413 com certeza, nesse modelo, nessa unidade, sem descuidar da nossa relação com a União Europeia,  
414 sem descuidar da nossa relação com os Estados Unidos. Foram esses os determinantes principais  
415 na dimensão estratégica do PPA 2012-2015, que orientou nossa programação, e que gostaria que  
416 vocês trouxessem uma reflexão sobre cada um desses pilares, sobre cada um desses indicadores,  
417 sobre cada uma dessas frentes de expansão e da construção desse modelo de desenvolvimento ao  
418 longo dos últimos doze anos e que também possam contribuir para o que vamos apresentar no PPA  
419 2016-2019. **Dr. Aloízio Guapindain (SPI/MPOG)** – falou sobre os principais dados da Agenda  
420 Igualdade Racial, que foram levantados no monitoramento a partir do PPA. Esse monitoramento é  
421 resultado do trabalho que fazem todos os anos, dos programas temáticos. São vinte e sete  
422 programas, setenta e três objetivos e cento e cinquenta e cinco metas do PPA. Os dados  
423 consolidados são dados do monitoramento dois mil e doze, dois mil e treze. E, também, o primeiro  
424 semestre, alguns dados de dois mil e quatorze. Temos dados, também, PNAD dois mil e doze,  
425 reponderados para dois mil e treze, com a projeção dois mil e treze. Mas ainda não temos dados  
426 PNAD dois mil e treze que foram lançados recentemente pelo IBGE. Essa atualização, faremos em  
427 novembro, para o Fórum Interconselhos, já com esses dados mais atualizados. Temos dados  
428 demográficos, que cento e cinco milhões de pessoas são pretas e pardos. O que representa  
429 cinquenta e três por cento da população Brasileira. O Nordeste, o Sudeste, o percentual é maior.  
430 Em números absolutos é maior: trinta e nove virgula oito milhões, no Nordeste. E trinta e sete  
431 virgula nove milhões, no Sudeste. Redução de desigualdade é um item importante. O percentual da  
432 população em situação de extrema pobreza de dois mil e quatro para dois mil e doze, uma redução  
433 significativa no público específico. A taxa de analfabetismo também uma redução significativa,  
434 ainda que pese que consideremos alta, mas é uma redução significava, entre os anos de dois mil e  
435 quatro e dois mil e doze. Temos o marco da Agenda para perceber o quanto, em termos de  
436 institucionalidade dessa Agenda, cresceu nos últimos anos, no Brasil, ela se inicia em oitenta e  
437 oito, com a criação da fundação Palmares, em oitenta e nove, Lei Caó, passando pela Conferência  
438 Mundial Contra a Discriminação Racial. Em dois mil e dois, implantação do Programa Nacional  
439 de Ações Afirmativas, e o programa diversidade na Universidade. Em dois mil e três, com o  
440 Governo Lula, implantação de uma série de institucionalidades importantes, como a criação da  
441 SEPPIR e do Conselho. A inclusão da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-  
442 brasileira nos currículos, a implantação da Política Nacional de Promoção à Igualdade Racial, a  
443 regulamentação do processo para identificação e delimitação de terras Quilombolas. São marcos  
444 importantes, passando pelas Conferências nacionais. Pela implantação, em dois mil e dez, pelo  
445 Estatuto da Igualdade Racial. A Lei de Cotas nas Universidades, também é outro marco super  
446 importante. Avanço na gestão da política, participação e controle social com as três conferências  
447 nacionais. E, com o percentual de vinculação das resoluções da Conferência em relação ao PPA  
448 2012-2015. A principal discussão em relação ao PPA, a intenção é essa: aprofundar os  
449 mecanismos de vinculação, dessas discussões nos Conselhos setoriais, nas Conferências, nos  
450 planos setoriais também. É um dado extremamente importante isso, porque são compromissos que

451 o Governo Federal assume que precisam esses compromissos ser traduzidos, cada vez mais no  
452 Plano Plurianual. As ações afirmativas são várias: lei de cota para o ensino superior, com  
453 cinquenta por cento das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e percentual de  
454 estudantes para negros ou indígenas, proporcional ao segmento populacional. O SISU oferta  
455 quatrocentos e setenta e nove mil vagas, sendo cento e setenta e uma mil vagas foram ofertadas  
456 agora, em dois mil e quatorze, no primeiro semestre, das quais, sessenta e quatro mil reservadas  
457 para estudantes do ensino médio público. E destas, trinta e oito mil são para pretos, pardos ou  
458 indígenas. A bolsa PROUNI também atinge a população negra, de forma considerável. De dois mil  
459 e cinco até o primeiro semestre de dois mil e quatorze, foram concedidas um milhão, quatrocentos  
460 e vinte mil bolsas de estudos. Sendo cinquenta por cento de alunos beneficiados são pardos e  
461 pretos. E, também, uma parte importante é a Bolsa Permanência, que foi criada agora, a partir de  
462 dois mil e treze, um valor de quatrocentos reais para esse bolsista, que tem renda familiar baixa,  
463 até três salários mínimos. Sendo que, para indígena e a população negra o valor é de novecentos  
464 reais. Um valor diferenciado. Um valor de quatrocentos reais, a referência é a bolsa de iniciação  
465 científica. Sendo que, para esses dois públicos específicos, é um valor mais alto, porque considera  
466 as especificidades culturais. A Lei de Cotas de serviço público que reservou vinte por cento das  
467 vagas em concurso para negros. A bolsa prêmio de vocação do Itamaraty, do Instituto Rio Branco,  
468 que dá bolsa para formação para esse público, para a carreira diplomática. Ele tem duração de dez  
469 meses. A Saúde da população negra é uma política de saúde integral, que busca tratar, de forma  
470 específica, as situações de saúde dessa população. A doença falciforme, onde já foram implantados  
471 cinco por cento de pesquisa. Também a integração do banco de dados dos hemocentros. É também  
472 uma parte importante que está sendo desenvolvido no País. O plano Nacional de Enfretamento à  
473 Mortalidade da Juventude negra é um plano extremamente importante, que tem sido implantado  
474 em vários Estados e municípios, ela também é ligada à Agenda da Juventude. Mas, ela é  
475 constituída fortemente para a Juventude negra. O acesso a serviço, a educação, com relação às  
476 escolas Quilombolas, são duas mil duzentos e trinta e cinco escolas, hoje, com treze mil  
477 professores, e duzentos e vinte e sete mil alunos matriculados. Luz Para Todos tem atingido a  
478 população Quilombola. São cento e dezessete mil Quilombolas atendidos. O Minha Casa Minha  
479 Vida até março de dois e quatorze foram contratados projetos de construção de sete mil, duzentos e  
480 quatorze unidades habitacionais, em comunidades Quilombolas. Saneamento básico também  
481 atingiu cento e sessenta comunidades Quilombolas, nos últimos dois anos. Saúde da família, foram  
482 implantadas mil e trezentas equipes no atendimento às comunidades Quilombolas, em seiscentos e  
483 oitenta e nove municípios. O Mais Médicos foram contratados cento e trinta e nove médicos que  
484 atuaram em duzentos e noventa e três equipes de saúde da família. O PRONAF, que foram  
485 expedidos quarenta e oito mil DAP's para Quilombolas. Assistência técnica rural para quatro mil  
486 famílias atendidas, e cinco mil e setenta e seis comunidades Quilombolas estão cadastradas no  
487 CAD único, dos quais mil setecentos e quarenta e nove são certificadas, e cento e trinta e nove  
488 tituladas. Outras comunidades tradicionais de Matriz africana que o CAD único também levantou:  
489 oitocentos e nove mil famílias específicas, sendo duas mil, duzentos e noventa e seis famílias  
490 ciganas, duas mil seiscentos e cinquenta e sete famílias pertencentes à comunidade de terreiro. O  
491 plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que são  
492 organizados em três eixos. É um resultado extremamente importante para as Políticas, para esse  
493 segmento, para orientar as Políticas. O Seminário Brasil Cigano, que foi realizado ano passado, a  
494 primeira semana Nacional dos povos ciganos. Cerca de trezentas pessoas participaram de  
495 diferentes regiões do País. O sistema de monitoramento de Promoção da Igualdade Racial, que  
496 busca dar transparência as ações, das Políticas em todo território Nacional. O sistema está no ar,  
497 pode ser acessado por todos, para a visualização dos principais dados. Esse material todo será  
498 abordado durante o Fórum interconselho, em novembro. Vamos visualizar através desse sistema  
499 todas as Agendas e vamos poder discutir com a sociedade esses resultados. **ITEM 06 – AÇÕES**  
500 **DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES VOLTADAS PARA POVOS E**

501 **COMUNIDADES TRADICIONAIS E POPULAÇÃO NEGRA: Conselheira Juliana Góes**  
502 **(MC)** – A importância de garantir acesso aos bens de informação e comunicação para os povos e  
503 comunidades tradicionais e população negra é expressa no Plano Plurianual 2012-2015, por meio  
504 da agenda transversal Igualdade Racial e Comunidades Quilombolas. Esta inclui para o objetivo  
505 0751 (expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e  
506 serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço,  
507 cobertura e qualidade) a meta de atender aos pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas  
508 comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações  
509 tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo  
510 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais;  
511 aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária  
512 Federal; e, aeródromos públicos. Destaca-se, também, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade  
513 Racial – PLANAPIR, Decreto nº 6.872/2009, que no eixo de Diversidade Cultural possui entre  
514 suas ações o estímulo à inclusão de critérios de concessões de rádio e televisão que garantam  
515 políticas afirmativas para negros, indígenas, ciganos e demais representantes de minorias étnico-  
516 raciais brasileiras. Por fim, na última Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o  
517 subtema 2 (Políticas de igualdade racial no Brasil: avanços e desafios) possui como resoluções:  
518 Criar um departamento de comunicação no âmbito da Seppir, que terá a responsabilidade de  
519 articular junto à Secom/PR a organização e a implementação de Política Nacional de Comunicação  
520 para o enfrentamento ao racismo e democratização da mídia; e junto aos Ministério das  
521 Comunicações e Ministério Público a efetivação de mecanismos de monitoramento e punição de  
522 manifestações racistas, sexistas e homofóbicas na mídia. Garantir, com isso, a valorização da  
523 cultura e da história, com destaque para os povos e comunidades tradicionais, respeitando gênero,  
524 identidade de gênero e geracional, orientação sexual e necessidades de pessoas com deficiência,  
525 considerando as diretrizes contidas nos Planos de Ação de Durban e das conferências nacionais;  
526 Implementar, manter e monitorar centros de cultura digital, telecentros, rádios comunitárias e  
527 pontos de cultura; e garantir acesso universal e irrestrito às Tecnologias de Informação e  
528 Comunicação (TICs) e à internet banda-larga nas comunidades tradicionais, urbanas e rurais, com  
529 ênfase nas populações negras, indígenas e ciganas; articulado com o uso de tecnologia assistiva.  
530 Apoiar o projeto de lei de iniciativa popular da comunicação social e eletrônica, garantindo a  
531 criação de um conselho nacional de comunicação, com representações das comunidades  
532 tradicionais negras, quilombolas, indígenas, ciganos e a juventude negra. Considerando isto, o  
533 Ministério das Comunicações desenvolve o Programa Telecentros.BR, o Programa GESAC e o  
534 Projeto Juventude Rural. O Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades  
535 (Telecentros.Br) possui como objetivo desenvolver ações que possibilitem a implantação e a  
536 manutenção de telecentros públicos e comunitários em todo o território nacional. Os telecentros  
537 são espaços que proporcionam acesso público e gratuito às tecnologias da informação e  
538 comunicação, com computadores conectados à internet, disponíveis para múltiplos usos, incluindo  
539 navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em  
540 suas diversas dimensões. O programa é oriundo do Edital de Seleção Pública de Parcerias -  
541 MP/MCT/MC – Nº 1/2010. O apoio aos telecentros, que ocorre de acordo com a demanda de cada  
542 proposta selecionada no edital, consiste em equipamentos de informática novos ou  
543 recondicionados, mobiliário, conectividade à internet e bolsas para monitores, jovens de 16 a 29  
544 anos que atuam como agentes de inclusão digital. A bolsa é vinculada tanto realização de  
545 atividades no telecentro quanto a participação no Curso de Formação de Monitores. Já foram  
546 implantados cerca de 85 telecentros em comunidades tradicionais de matriz africana. A formação  
547 possui como objetivo promover habilidades relacionadas ao uso das TICs, de forma que elas sejam  
548 usadas na orientação à usuários, na manutenção do telecentro, em práticas comunitárias  
549 emancipadoras e na própria formação do jovem monitor. Os conteúdos abordados são informática  
550 básica, manutenção de computadores, protagonismo juvenil, cultura digital, governo eletrônico,

551 tecnologias sociais, empreendedorismo social, web design, redes de computadores, entre outros.  
552 Atualmente, o Curso de Formação de Monitores é realizado por meio de parceria com a  
553 Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que instituiu o Núcleo de Formação para Inclusão  
554 Digital (NID). O curso é promovido através da plataforma Moodle de aprendizagem, disponível  
555 para acesso no endereço: <http://telecentrosbr.uneb.br/>. Há aproximadamente 750 monitores na  
556 formação e a meta é alcançar 2.000 jovens. O Programa Governo Eletrônico -Serviço de  
557 Atendimento ao Cidadão (GESAC) consiste na oferta de conexão à internet, com o objetivo de  
558 promover a inclusão digital e social, bem como para incentivar ações de governo eletrônico para a  
559 população. A conexão pode ser por via terrestre e satélite e tem como foco telecentros, escolas,  
560 unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. Em 2013 foi realizado um  
561 pregão para manutenção e expansão do Programa Gesac. A partir dele, o número de pontos de  
562 conexão aumentará de aproximadamente 13 mil para cerca de 30 mil. Destaca-se que 13 mil  
563 unidades básicas de saúde em todo o país serão conectadas à internet. Em relação às comunidades  
564 quilombolas, em parceria com a SEPPIR, está sendo feito um esforço para conectar escolas  
565 localizadas nestas áreas. A expectativa é que sejam atendidas 450 instituições de ensino. O Projeto  
566 Juventude Rural possui como objetivo apoiar a capacitação da juventude das áreas rurais, no uso  
567 das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Ele é realizado em conjunto com a  
568 Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República (SNJ/PR) através de parcerias com  
569 Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para execução de  
570 projetos de extensão. O projeto já contemplou 41 projetos coordenados por 28 instituições. Estes  
571 projetos estavam distribuídos nas cinco regiões do Brasil, alcançando 18 Unidades da Federação.  
572 Eles capacitaram aproximadamente 6.400 jovens entre 15 e 29 anos, moradores das áreas rurais,  
573 preferencialmente nos Assentamentos da Reforma Agrária, Comunidades Tradicionais e Terras  
574 Indígenas. Atualmente estão sendo apoiados 3 projetos de inclusão digital, executados por 2  
575 Universidades Federais em parceria com movimentos sociais do campo. O primeiro projeto ocorre  
576 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Cooperativa dos  
577 Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina (COOPTRASC) e com a Cooperativa  
578 Regional de Industrialização e Comercialização Luis Dolcimar Brunetto (COOPERDOTCHI). Ele  
579 consiste na criação de 5 telecentros no Estado de Santa Catarina, sendo que um deles será um  
580 Centro de Formação em Tecnologia da Informação e Comunicação. A meta é a capacitação de  
581 mais de 300 jovens na produção e disseminação de conteúdos digitais, destacando-se cursos de  
582 produção de blogs e materiais audiovisuais. O segundo projeto também ocorre na UFSC e formará  
583 50 jovens indígenas em conhecimentos de produção audiovisual, residentes nas aldeias de  
584 Maciambu, Piraí, Mbiguacu, Morro Alto e Tekoa Mangaratu. Em cada local também será  
585 produzido um documentário resultante do processo de formação. O projeto realizado pela  
586 Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) ocorre em parceria com a Federação dos  
587 Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF- SUL/CUT), com a Cooperativa  
588 Central de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol Central SC/RS), com a Cooperativa  
589 Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Santa Catarina (Sabor Colonial) e com a  
590 Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF). Ele tem como meta a  
591 formação de 120 jovens de unidades produtivas familiares dos três estados do sul. O objetivo é que  
592 estes sejam multiplicadores nas suas comunidades e se alcance, com isto, cerca de 5.400 pessoas.  
593 O foco da formação será o resgate das concepções histórico-culturais das comunidades rurais e o  
594 desenvolvimento sustentável através de mídias sociais. Não existe uma avaliação das políticas de  
595 acesso às TICs focada para povos e comunidades tradicionais e população negra. O Centro de  
596 Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) realiza anualmente a  
597 pesquisa TIC Domicílios e Usuários, que mede, entre outras coisas, o uso das tecnologias de  
598 comunicação e informação em domicílios e o acesso individual a computadores e à Internet. Os  
599 últimos dados disponíveis são de 2013 e possuem como recorte apenas área (urbana e rural),  
600 região, sexo, grau de instrução, faixa etária, renda familiar, classe social e condição de atividade.

601 Destes, destaca-se área, grau de instrução, faixa etária, renda familiar e classe social como as  
602 maiores condicionantes do acesso à internet. Cruzando os indicadores desta pesquisa com os dados  
603 do monitoramento do Programa Brasil Quilombola, observam-se resultados importantes sobre o  
604 acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação em comunidades tradicionais de matriz  
605 africana. Destaca-se que as duas regiões com a menor proporção de usuários são o norte e o  
606 nordeste (onde há maior concentração de famílias quilombolas). Além disso, 68% das pessoas com  
607 renda familiar menor que 1 salário nunca acessaram à internet e a distribuição de renda entre as  
608 famílias quilombolas varia majoritariamente entre R\$ 77 e R\$140. Considerando isto, foi  
609 contratada uma consultoria, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a  
610 Ciência e a Cultura (Unesco), para levantar dados de iniciativas de inclusão digital em territórios  
611 de Povos e Comunidades Tradicionais Afrodescendentes. Será produzida uma análise sobre o  
612 potencial e os limites das iniciativas encontradas, reunindo conteúdos digitais disponíveis e  
613 propondo políticas públicas de inclusão digital para esse público específico. Destaca-se que  
614 também será levantado conteúdos digitais dirigidos para a criação de apropriação tecnológica e  
615 valor social para essas comunidades, de forma integrada com as políticas públicas de Educação,  
616 Saúde, Juventude, Gênero e Desenvolvimento socioeconômico, entre outras. **ITEM 07 –**  
617 **RECOMENDAÇÃO Nº 06 DO CNPIR: A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DOENÇA**  
618 **FALCIFORME NO TRATAMENTO COM TRANSPLANTE DE CÉLULAS-TRONCO**  
619 **HEMATOPOIÉTICAS (TCTH) NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE:** Foi apresentada a  
620 Recomendação Nº 06 do CNPIR que trata da inclusão das pessoas com doença falciforme no  
621 tratamento com transplante de células-tronco hematopoiéticas (TCTH) no Sistema Único de  
622 Saúde, mas não foi aprovada pelo Pleno por causa da falta de quorum. **ITEM 08 – INDICAÇÃO**  
623 **DE MEMBROS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO CNPIR 2014-2016 (2**  
624 **CONSELHEIROS(AS) DA SOCIEDADE CIVIL):** Os Conselheiros e Conselheiras da  
625 Sociedade Civil apresentaram um documento com a avaliação do biênio 2012-2014 antes da  
626 indicação dos representantes na Comissão de Seleção do CNPIR 2014-2016. Segue o documento  
627 apresentado: **Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR - Gestão**  
628 **2012/2014 -** Conselheiros/as da Sociedade Civil Reunidos/as no dia 23 de setembro de 2014,  
629 durante a 47ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial  
630 (CNPIR), apontaram a necessidade de avaliar e atualizar o funcionamento e produção política do  
631 CNPIR. Consideramos tal qual a gestão do biênio 2010/2012 (documento anexo) que o  
632 fortalecimento dos instrumentos de participação e controle social, como as conferências e  
633 conselhos de políticas públicas, são importantes para a consolidação da democracia em nosso país.  
634 Iniciado a partir de 2003 em um processo virtuoso de diálogo entre governo e sociedade civil que  
635 os/as conselheiros/as da sociedade civil do CNPIR participam e valorizam. “O CNPIR é órgão de  
636 caráter consultivo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Políticas de Promoção da  
637 Igualdade Racial (SEPPIR), cuja finalidade e competência é propor em âmbito nacional a política  
638 de Promoção de Igualdade Racial com ênfase na População Negra e outros segmentos étnicos da  
639 população brasileira, com objetivo de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e  
640 de reduzir as desigualdades raciais inclusive nos aspectos econômico, financeiro, social, político e  
641 cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.” (art. 1º Dec.  
642 4885/2003). A atual gestão do CNPIR – 2012/2014 – iniciou sua gestão tendo como parâmetro os  
643 acúmulos e limites a serem superados pela gestão anterior (2010/2012) sob a gestão da Ministra  
644 Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Nesta avaliação apontamos  
645 como um dos principais desafios do CNPIR construir um conselho radicalmente democrático onde  
646 o debate e as deliberações priorizem o diálogo da sociedade civil com a SEPPIR e que decisões  
647 tomadas sejam respeitadas. Os/as integrantes da sociedade civil do CNPIR participam de maneira  
648 ativa, crítica e propositiva em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias convocadas pela  
649 SEPPIR, bem como nas comissões permanentes e temporárias, nas variadas atividades e  
650 representações solicitadas pela SEPPIR. No entanto, constatamos que a maioria dos/as

651 conselheiros/as governamentais teve presença insatisfatória, inclusive contribuindo para que em  
652 determinados momentos a reunião não alcançassem o quórum necessário. Trata-se de uma  
653 situação recorrente, que avaliamos ser pertinente solicitar aos entes governamentais participação  
654 efetiva e interativa nas diversas reuniões (conforme artigo 3º item I do Dec. 4.885/2003), sob pena  
655 dos ministérios absorverem superficialmente a Política de Igualdade Racial contribuindo assim  
656 para a manutenção do racismo institucional. As comissões precisam ter o seu formato revisto.  
657 Nesta gestão estas instancias tiveram um caráter meramente formal, inócuo e na maioria das vezes  
658 esvaziadas, de forma que pouco ou nada contribuiriam com propostas que promovessem o  
659 aperfeiçoamento das políticas e programas. Considerando que a SEPPIR, órgão ao qual o CNPIR  
660 integra, não conseguiu dar retorno as principais propostas debatidas, aprovadas e indicadas, a  
661 sociedade civil, no seu legítimo exercício de controle social, avalia a necessidade imperiosa de  
662 uma metodologia participativa e democrática e sugere a mudança do caráter do CNPIR, de  
663 conselho consultivo para CONSELHO DELIBERATIVO, objetivando efetivar a participação da  
664 sociedade civil na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas  
665 reparatórias de promoção de igualdade racial e combate ao racismo, para consolidação de uma  
666 sociedade equânime e democrática de fato. Avaliamos que a atual gestão do CNPIR vai na  
667 contramão do Decreto Presidencial nº 8.243/2014 que institui a Política Nacional de Participação  
668 Social na perspectiva de fortalecer a democracia participativa e ampliar a participação popular  
669 através do controle social não tem sido respeitado no conselho onde o dialogo tem sido substituído  
670 por ações autoritárias, pela falta de diálogo e em total desrespeito a sociedade civil organizada que  
671 participa do conselho. O acontecimento mais recente ocorreu na última reunião do Conselho, 46ª  
672 em que foi apresentada e debatida a proposta de edital de convocação das eleições para o próximo  
673 biênio 2014/2016 do CNPIR, sendo que a mesma foi alterada de forma unilateral pela SEPPIR  
674 sem consulta e sequer comunicação aos membros do conselho da alteração e que só tomaram  
675 conhecimento desta através da publicação em Diário Oficial da União. Brasília, 23 de setembro de  
676 2014. Conselheiros/as Representantes da Sociedade Civil Integrantes do CNPIR. Agentes de  
677 Pastoral Negros do Brasil – APNs; Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN;  
678 Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros –  
679 ANCEABRA; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Centro de Africanidade e Resistência  
680 Afro-Brasileira – CENARAB; Centro de Estudos e Discussões ROMANI; Confederação Israelita  
681 do Brasil – CONIB; Coordenação Nacional das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas –  
682 CONAQ; ENEGRECER; Fórum Nacional de Mulheres Negras – FNMN; Rede Amazônia Negra –  
683 RAM; União de Negros pela Igualdade – UNEGRO; União Geral dos Trabalhadores – UGT;  
684 União Nacional dos Estudantes – UNE. Foram indicados para compor a Comissão de Seleção o  
685 Conselheiro Manoel Julio e Valkiria Souza. **ITEM 9 - ENCAMINHAMENTOS:** Devido à falta  
686 de quorum não foi aprovada nenhuma proposta pelo Plenário. **ITEM 10 – ENCERRAMENTO:**  
687 Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Giovanni Benigno Pierre da Conceição Harvey, Secretário-  
688 Executivo da SEPPIR**, encerrou os trabalhos da 47ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
689 Promoção da Igualdade Racial.